

INSTITUTO	
Documentação	
ORIENTACIONAL	
Fonte	DCU (9-E) 51
Data	12/01/2001 Pg 4-6
Class.	KGDP/0404

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE  
Em 11 de janeiro de 2001

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0086/85. Referência: Terra Indígena Toldo Imbu. Interessado: Grupo Indígena: Kaikáng. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 3 - O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0086/85, e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Imbu, de autoria das antropólogas Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Cláudia Tereza Signori Franco, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação da terra indígena, de ocupação do grupo tribal Kaikáng, com superfície e perímetro aproximados de 2.218 hectares e 28 Km respectivamente, localizada no município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial de Santa Catarina, deste Despacho e dos anexos: Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e Mapa, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

### ANEXO

#### RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TOLDO IMBU

Referência: Processo FUNAI/BSB/0086/85. Terra Indígena: Toldo Imbu. Localização: Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina. Superfície aprox.: 2.218 ha. Perímetro aprox.: 28 Km. Sociedade Indígena: Kaikáng. População: 974 habitantes (1999). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria 763/PRES, de 20/07/98, coordenado pela antropóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro.

##### I- DADOS GERAIS

Os Kaikáng compõem uma etnia da família lingüística Jê, do ramo meridional, juntamente com os Xoklêng, destacando-se como a maior das sociedades Jê. Desde as primeiras décadas do século passado os Kaikáng vêm sendo submetidos a pressões crescentes que, em muitos casos, determinaram a perda de seus territórios tradicionais e, eventualmente, a extinção integral de alguns grupos. Sua população atual é estimada em 22.000 indivíduos, de acordo com levantamento da FUNAI de 1999. Ocupam frações de terra localizadas em quase todas as suas antigas áreas tribais, distribuídas em 24 terras indígenas nos Estados de SP, PR, SC e RS.

Os Kaikáng reivindicam, há vários anos, a demarcação da Terra Indígena Toldo Imbu, mais precisamente desde a remoção do grupo que ocupava a área para o Posto Indígena Xaçecó e da cessão de suas terras particulares em 1949. Apesar da intenção de reaver este território de ocupação tradicional, somente em 1984 conseguiram que os primeiros procedimentos no sentido da realização de estudos de identificação e delimitação fossem efetuados. O primeiro Grupo de Trabalho com este objetivo foi constituído em 1986. Os técnicos fizeram um levantamento da situação das terras do Toldo Imbu e apresentaram uma proposta de demarcação com base nas reivindicações da comunidade Kaikáng do antigo toldo. Diante do impasse criado pelos produtores e seus representantes políticos, o processo de regularização da área ficou paralisado, apesar das constantes reivindicações do grupo no sentido de concluir a regularização de suas terras.

A Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Imbu resultou dos estudos e levantamentos realizados sob determinação da Portaria nº 763/PRES/98, publicada no D.O.U. nº 139 de 23/07/98, e contou com técnicos da FUNAI, SAD/DASF/SC e do CIMI/Sul.

##### E.1- Histórico

Os índios Kaikáng - identificados na documentação histórica pelos nomes de Guanhanás, Guayanazes, Camés, Votorões, Coronados, Camperos, Gualachos - ocupavam regiões muito dilatadas dos atuais Estados de SP, PR, SC e RS, chegando a atingir as áreas limítrofes ao território argentino. A imemorialidade dessa ocupação é reconhecida pelos estudos arqueológicos na região. No oeste catarinense, alguns agricultores relatam a descoberta de casas subterâneas ao desmatarem suas terras.

As relações entre brancos e os vários grupos Kaikáng que viviam dispersos pela região sul são tão antigas quanto o contato com os Guarani, datando do primeiro século de colonização. Os contatos com os chamados Guayaná de Piratininga, hoje identificados como Kaikáng, datam dos primeiros tempos da capitania de São Vicente, sendo anteriores à própria fundação da cidade de São Paulo, em 1554.

No Paraná, a história Kaikáng aparece como um discreto pano de fundo da história mais relevante dos Guarani das missões jesuíticas do século XVII. Na província dos Guaira, região entre os rios Paraná e Tibagi, os jesuítas estabeleceram mais de uma dezena de reduções, a maioria composta por índios Guarani. Parece não haver dúvidas no fato de que os chamados "tupis" aliados aos bandeirantes nos assaltos às missões jesuíticas serem, na verdade, índios Kaikáng recrutados pelos bugreiros.

INSTITUTO	
Documentação	
ORIENTAL	
Fonte	DCU
Data	12/01/2001 Pg. 5
Class.	1.2.2.3.0.2.1.1

As penetrações exploratórias, seguidas do alargamento da colonização das regiões litorâneas do Brasil meridional em direção ao oeste, em busca dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, que se intensificaram a partir da segunda metade do século XVIII, encontraram em seu caminho grupos numerosos de Kaingáng. A conquista dos campos de Guarapuava e de Palmas, resultado do processo do avanço colonial, e o incremento do gado muar e bovino, que exigia a dilatação dos campos de criação, determinaram os primeiros contatos permanentes e intencionais com os Kaingáng do oeste e uma redistribuição dessa população. Aqueles que aceitavam a ocupação dos campos e uma aliança com os colonizadores se instalaram próximo à estrada de Palmas, onde estabeleceram os Toldos de Xaçecó, Xanxerê, Imbu, Palmital, Passo Carneiro (hoje Passo Bormann) e Goi-En. Já os Kaingáng arredios a essa invasão refugiaram-se no sertão dos rios Chapecó, Chapecozinho e Irani, assim como nas serras e matas marginais do rio Uruguai.

A penetração na direção dos campos de Palmas, onde havia uma grande concentração Kaingáng, continuou pelo século XIX, impulsionada pela intensificação da exploração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), na qual muitas famílias indígenas também participaram. A ocupação dos ervais disponíveis e o aumento do trânsito de tropas acabaram por exercer uma forte pressão sobre essas TIs. Registros de posse feitos na freguesia de Palmas passaram, então, a ser usados como prova de supostos direitos às terras ocupadas pelos índios.

A participação Kaingáng na colocação das linhas telegráficas na estrada que liga Palmas ao Rio Grande do Sul possibilitou a garantia de um território para esses índios que sofriam pressão cada vez maior sobre suas terras de ocupação tradicional. De acordo com a memória oral Kaingáng, em pagamento a esse serviço, o Governador do Paraná reservou, através do Decreto nº 7 de 18/06/1902, terras para a tribo liderada pelo Cacique Vaicê. O documento estabelece terras "na margem esquerda do rio Chapecó, no município de Palmas a partir do passo do rio Chapecó pela estrada que se segue para o sul até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois até onde eles fazem barra". A área, configurando um triângulo formado pela confluência dos rios Chapecó e Chapecozinho e a estrada de tropas, com aproximadamente 50.000 ha, era constituída por terras férteis e rica cobertura florestal, em especial araucária e imbuia.

A legislação em vigor e os dispositivos jurídicos não foram suficientes para conter o avanço sobre essas terras que, com a promulgação da Lei nº 1.147, em 1917, passaram à jurisdição do governo de Santa Catarina, o qual passou a fazer concessões que atingiram diretamente territórios indígenas, dentre eles o do Toldo Imbu.

A fazenda São Pedro, medindo 1.300 ha, era cortada pela estrada do telégrafo e tinha como divisa norte as terras do Toldo Imbu e a oeste as fazendas São Francisco e Alegre do Marco. Ao ser vendida, em 1911, seu novo proprietário, às vésperas da promulgação da Lei nº 1.147, requisitou legitimação de posse ao governo do Paraná que expediu dois títulos referentes à dita fazenda São Pedro: nº 2254 (1.314,7 ha) e nº 2253 (6.000 ha), acompanhado de um mapa cuja área perfazia 7.314 ha, abrangendo as terras originais e as do Toldo Imbu. Esse ato, de evidente apropriação ilegal de terras reservadas por um decreto do governo do Paraná, desencadeou uma série de esbulhos sobre esse e outros territórios indígenas.

Segundo informações de antigos moradores de Abelardo Luz, a madeireira Bortoluzzi foi uma das primeiras empresas a entrar na área do Imbu. Compraram as terras de Fidêncio de Mello, "desindiararam" a área, retiraram toda a madeira e dividiram as terras em lotes. Os Kaingáng, de legítimos donos de suas terras, transformaram-se em invasores, de acordo com as conveniências dos madeireiros e agentes do governo. Em ofício datado de agosto de 1948, o chefe substituto da 7ª Inspetoria Regional do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, sugeriu ao chefe do Posto Indígena Xaçecó, Wismar da Costa Lima, que os índios do Toldo Imbu, a ele subordinados, fossem transferidos para a sede do posto, liberando, assim, as terras para o Dr. Gaspar Coutinho que estava construindo uma serra nas proximidades de Abelardo Luz, acima da estrada para Palmas. Em contrapartida, seriam fornecidas pelo Dr. Coutinho as madeiras necessárias para a construção das casas para os índios transferidos. Esse processo foi concretizado em 1949 com o uso da força, em face da resistência dos Kaingáng em sair do local.

Se o próprio governo do Estado era o autor de medidas que contrariavam basicamente todas as normas administrativas e a própria Constituição Federal ao apossar-se de áreas indígenas para, com pretextos falsos, loteá-las e vendê-las, não é de admirar que outros setores do poder público, como o judiciário e o próprio SPI, além de políticos e particulares, passassem todos a encarar os direitos e as propriedades indígenas como algo de livre e impune manipulação.

## II - HABITAÇÃO PERMANENTE

As habitações Kaingáng eram formadas por ranchos de várias formas e tamanhos, com cobertura de folhas de palmeira gerivá. O tamanho e o formato estavam condicionados ao seu ocupante e ao tamanho de sua família. Ao longo dos anos, essas casas foram sendo substituídas por outras, construídas conforme um modelo estabelecido pela FUNAI, feitas com madeira da própria área indígena. Essas casas, cobertas com telha, têm 3 a 4 peças com divisões internas e ainda são encontradas nas áreas do Sul, dispostas de acordo com relações de parentesco.

Ao longo do processo de recuperação de suas terras e na tentativa de começar a criar situações concretas de ocupação do seu território, algumas famílias Kaingáng vêm se transferindo para o bairro São João Maria (também conhecido como Mutirão), no município de Abelardo Luz.

A população originária do Toldo Imbu, inventariada a partir do levantamento demográfico realizado pelo GT, atinge 974 pessoas. Todavia, há indícios de que essa população poderá passar de 1.500 pessoas. A extinção do toldo provocou a dispersão de seus habitantes, o que dificulta um recenseamento completo dos descendentes da área.

Na TI. Toldo Imbu a maioria dos índios não tem habitação permanente pelo fato de terem sido expulsos de suas terras há mais de 40 anos, alguns tendo sido transferidos para a sede do Posto, e as terras entregues às madeireiras e firmas de colonização. A maioria da população Kaingáng originária deste toldo vive dentro dos limites da T. I. Xaçecó (482 índios). O aumento significativo da população e as relações tensas entre descendentes do Toldo Imbu com as lideranças da T. I. Xaçecó vêm tornando as condições de vida dessa comunidade bastante difíceis. Nesse sentido, algumas famílias, totalizando cerca de 40 pessoas, optaram por se mudar para o citado bairro São João Maria, em área compreendida pelo antigo Toldo Imbu. As condições de vida nessa localidade são bastante precárias. As casas são feitas de

pedaços de tábuas e plástico e praticamente não há espaço para que os moradores façam roças de subsistência.

Contudo, um número significativo (358 índios) se encontra em outras áreas indígenas Kaingáng como Toldo Pinhalzinho, TI. Palmas, entre outras. Essas áreas compunham, tradicionalmente, um território contíguo, entrecortado por caminhos que ligavam uma terra a outra, conformando uma vasta área de perambulação Kaingáng. O fato de ainda não disporem do seu território tradicional e a incompatibilidade com lideranças e membros das aldeias para onde foram obrigados a se transferir ensinaram que muitos descendentes dos Kaingáng do Imbu (77 índios) saíssem das áreas indígenas, instalando-se em centros urbanos como Xanxerê, Abelardo Luz, Clevelândia e, até mesmo, Florianópolis.

A reconquista do Toldo Imbu, nesse sentido, restabelece um território tradicional e permite a recuperação de um padrão de moradia composto por casas pouco distanciadas, mas comunicáveis entre si por picadas. Atualmente os Kaingáng não têm casas comuns, mas a residência uxorilocal ainda se observa nas áreas. Quando as filhas casam, trazem os maridos para a casa dos pais ou fazem uma casa próxima à casa deles.

A retomada do Toldo Imbu é importante para que as famílias, que hoje se encontram dispersas, possam se reunir em seu território tradicional. Ao se deslocarem, são privadas de uma rede de parentesco, reciprocidade e aliança para reprodução física, social e política. O retorno das famílias que se viram obrigadas a sair de suas terras representa a reconstrução de suas vidas.

### III- ATIVIDADES PRODUTIVAS

Durante muito tempo os Kaingáng foram caracterizados como um grupo nômade, dedicado à caça, pesca e coleta de produtos vegetais entre os quais se destaca o pinhão. No entanto, o nomadismo pressupõe abandono de uma terra em favor de outra, o que não ocorria entre os Kaingáng espontaneamente. Alguns produtos, como o pinhão, a pesca e a caça de maior porte estavam condicionados às estações do ano o que, possivelmente, levou alguns autores a atribuírem um caráter predominantemente nômade aos Kaingáng.

O sistema de produção Kaingáng era decorrente das necessidades do grupo. Sua dieta, composta por produtos vegetais e animais, resultava da coleta, de caça variada, da pesca e, complementarmente, da horticultura. Em outros tempos, a pilhagem constituía-se também num recurso para obtenção dos produtos necessários à reprodução do grupo.

A ocupação da região dos campos, outrora ricos em araucárias, e a implantação de lavouras provocaram o quase desaparecimento desse tipo de vegetação. Hoje, vê-se apenas algumas árvores esparsas e as raras pequenas concentrações situam-se, em geral, em terras indígenas. Os Kaingáng se ressentem muito da escassez desse produto que constitui elemento básico na sua alimentação. Muitos relatam a dificuldade de se encontrar pinhão para assar ou fazer farinha. A transformação da vegetação do oeste catarinense tem obrigado os Kaingáng, principalmente os mais velhos, a abandonarem seus hábitos alimentares tradicionais. Por vezes só conseguem pinhão comprando no mercado.

Dos vegetais, os Kaingáng também tiram as fibras empregadas na confecção de artesanato como armas, cestarias e instrumentos musicais (chocalho, maracás, flautas e trombetas). Entre os muitos vegetais utilizados, destacam-se a palmeira e a taquara. Da palmeira juçara aproveitam as folhas para a cobertura das casas. A matéria-prima básica é a taquara, sendo o cipó São João usado como elemento auxiliar. Usam também a cana fina de cricúma.

Os Kaingáng há muito que têm na venda de artesanato uma atividade de subsistência. Antigamente, os índios saíam do toldo para vender balaios, cestos e outros objetos na cidade. A importância econômica do artesanato entre os Kaingáng se mantém (ou até mesmo vem aumentando) na medida em que os meios tradicionais de subsistência, pautados na caça, pesca, coleta e agricultura, têm-se tornado insuficientes em consequência da redução das áreas indígenas e da degradação ambiental.

Hoje, confinados em áreas muito restritas espacialmente, os Kaingáng do Toldo Imbu relatam a relevância que essas atividades desempenhavam na reprodução física e cultural do grupo. Tentam reproduzir, através da preservação e da recomposição da área, locais de mata para essas atividades tradicionais.

Até serem expulsos de suas terras, no final da década de 40, os Kaingáng do Toldo Imbu mantinham uma produção agrícola e pecuária significativa. A destruição de ecossistemas variados que privavam o grupo dos recursos de que necessitavam, determinou uma mudança no seu modo de vida tradicional. O sistema de subsistência, apoiado principalmente na caça, pesca e coleta, foi sendo desistido de suas bases materiais.

Atualmente, os recursos necessários à reprodução das unidades familiares indígenas provêm de diferentes fontes que se complementam. Realizam pequenas roças de subsistência onde plantam milho, feijão, mandioca, abóbora e, em menor escala, batata-doce, cana-de-açúcar. Alguns plantam arroz ou possuem animais de criação como porcos ou galinhas. A maior parte das atividades é de responsabilidade do chefe de família, mas a mulher e os filhos acima de dez anos também trabalham quando necessário.

O assalariamento e a subordinação ao mercado regional, na qualidade de trabalhador rural em unidades agrícolas, constituem, assim, outra forma de garantia da reprodução física. Além dessas, há ainda a venda de artesanato nas cidades próximas e o recebimento de aposentadoria.

O trabalho fora da área indígena é uma situação que se impõe dada a ausência das condições de vida dentro das áreas onde tiveram que se estabelecer.

### IV - MEIO AMBIENTE

É indiscutível a influência que o meio ambiente desempenha sobre a cultura e os hábitos da população em geral e dos povos indígenas em particular. Na região do oeste catarinense, as áreas mais elevadas eram tradicionalmente dominadas pelos Kaingáng. Preferiam as extensões do planalto, onde o clima relativamente frio e o domínio da mata araucária irrigada por numerosos cursos d'água proporcionavam recursos vegetais e animais satisfatórios, que lhes permitiam sua reprodução física e cultural.

O conhecimento da riqueza material das águas, flora e fauna, assim como de diferentes espécies de materiais e plantas de uso medicinal, propiciava um padrão sadio e adaptado às intempéries locais. O conhecimento Kaingáng no emprego desse patrimônio natural é extenso e ainda está presente entre eles, apesar do empobrecimento, do ponto de vista ambiental, de seus territórios com o desaparecimento de espécies vegetais e animais.

As matas, que primitivamente abrangiam a quase totalidade da região sul, podem ser divididas em dois grandes tipos florestais: o da mata de araucária e o das latifoliadas. A mata de araucária estendia-se do norte do Rio Grande do Sul até o Paraná, recobrando áreas imensas e contínuas. Predominando em áreas de clima mesotérmico de verões frescos, a araucária evita os vales dos grandes rios escolhendo as áreas de planalto como seu habitat.

Os pinheiros assumiam uma relevância fundamental na organização sócio-econômica Kaingáng. Além de fornecer alimento básico, as frutas atraíam pássaros e outros animais, compondo locais ideais de ceva - modalidade de caça pela qual os animais são atraídos pelos alimentos do local. Como elemento ritual, o tronco do pinheiro é a matéria-prima para a elaboração do cocho, onde é fermentada uma bebida consumida durante as festas e cerimônias tradicionais.

Praticamente toda a vegetação original foi exaustivamente explorada pela retirada de madeira e, posteriormente, pela imensa ocupação da agricultura para a implantação de culturas cíclicas. Da vegetação original ainda existente, ficaram apenas fragmentos descontínuos, bastante ou completamente descaracterizados, uma vez que pouco resta do estrato emergente, do qual foram retirados, principalmente, a grápia e o angico vermelho, além do cedro, louro-pardo, cabreúva, quimã e outras árvores que compõem a fitofisionomia da floresta original.

Atualmente, a região do Toldo Imbu está ocupada por fazendas produtoras de grãos, notadamente soja, milho e trigo. A qualidade do solo e as características físicas do terreno favoreceram a implantação desse tipo de atividade que alterou marcadamente o aspecto da área outrora rica em pinheiros e outras árvores de madeira fobre. As sucessivas frentes pioneiras que atuaram nas terras Kaingáng levaram ao progressivo confinamento da população indígena. A intensa exploração madeireira e o arrendamento que modificaram de seus referenciais, causaram mudanças progressivas no modo de vida dessa população com perda de elementos tradicionais.

A drástica redução das matas nativas provocou a escassez de componentes essenciais ao grupo indígena como os itens de alimentação, materiais necessários para a confecção de casas, utensílios e cochos para as suas bebidas domésticas e rituais e as especiarias (remédios e tintas), levando a alterações na organização social e cosmológica Kaingáng.

A destruição das reservas de pinheiros, de que os índios extraíam o pinhão, um de seus alimentos tradicionais mais importantes, a desaparecimento da caça e da pesca e a limitação extrema de sua produção agrícola por efeito das invasões têm submetido os Kaingáng a uma dieta de fome que agrava seriamente suas condições de saúde.

Há a necessidade de reflorestamento e produção de mudas de árvores nativas e de erva-mate na área indígena. Os Kaingáng estão conscientes da necessidade de um trabalho intensivo de recuperação dos solos que se encontram desgastados. A recomposição de uma vegetação secundária permitirá o retorno de animais, como veados, tatus e cotias, e a recuperação de recursos vegetais largamente empregados com objetivos medicinais.

Ressaltam-se outros aspectos graves do ponto de vista ambiental. A erosão é um problema preocupante na região nos dias de hoje pelas consequências ambientais e econômicas decorrentes. Há também o "lixão" da cidade de Abelardo Luz, situado dentro da área identificada e delimitada como Toldo Imbu, que representa um foco de poluição do local e do seu entorno.

De acordo com o Plano Quinquenal da Eletrobrás (1998-2012), está prevista a instalação de uma série de usinas hidrelétricas ao longo dos rios Chapecó e Chapecozinho, com possibilidades reais de impacto na área indígena.

### V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A sociedade Kaingáng se caracteriza como dual, organizada em metades exogâmicas - Kamé e Kairu, subdivididas em duas seções cada - que estabelecem uma relação de oposição e complementariedade. Essa dualidade se reflete na relação com a natureza e na vida social do grupo. A caça, os rituais fúnebres, os casamentos são regidos por essa característica básica.

O território Kaingáng insere-se nessa organização na medida em que a terra não é entendida apenas como um recurso natural, mas como um recurso sócio-cultural. Percebe-se que as plantas, os animais, os acidentes geográficos são conhecidos em si mesmos e na relação entre eles. Trata-se de um espaço físico e cosmológico em que cada ambiente é habitado por seres naturais (homens e animais, plantas) e sobrenaturais (espíritos). Cada elemento - mata, rio, serra, capoeira - possui espíritos guardiães (tãm). Esse universo, composto pelos espaços físico e cosmológico, obedece também aos princípios duais da cultura Kaingáng, reafirmando uma integração dos diferentes aspectos da vida dessa sociedade.

A perda do território tradicional e a fixação em outras localidades ensinaram alguns casamentos interétnicos. Essas uniões são vistas como uma perda de membros do grupo, na medida em que, sendo o pai branco, os filhos dessa união são considerados brancos. Assim, o casamento deve, preferencialmente, ocorrer entre pessoas de metades opostas, prevalecendo uma forma sócio-centrada de troca matrimonial.

A identidade Kaingáng se associa com a recuperação de seu território tradicional, o aprendizado da língua e a retomada de atividades produtivas como caça e pesca. A construção física e social do indivíduo está relacionada respectivamente à filiação patrilinear e à nomenclatura que é uma identidade social e cerimonial.

A noção de cura para os Kaingáng reveste-se de um caráter simbólico e é essencial para entender a particularidade dessa etnia em se relacionar com os elementos da natureza. Um dos rituais de maior importância na cultura Kaingáng está relacionado à cerimônia aos mortos - Kiki Koi. Tradicionalmente, o ritual do Kiki Koi acontecia entre os meses de abril e junho, época de maior abundância de alimentos, em especial pinhão e milho verde, além de mel e da caça, o que permitia receber, convenientemente, os parentes que vinham das outras aldeias para a festa.

A prática do Kiki Koi constitui-se num ritual de reafirmação da identidade Kaingáng, de consolidação do conhecimento e transmissão da cultura e de reorganização sócio-cultural. Através dessa cerimônia, os Kaingáng religam-se continuamente aos seus ancestrais, recuperando elos significativos da cultura que o tempo costuma apagar e, ao realizá-la, atualizam os traços fundamentais de sua organização, refazendo a identidade pessoal e grupal na revitalização das seções e metades.

Além do Kiki Koi, outras festas são realizadas: a Festa do Divino (maio), o Dia do Índio e as festas juninas, com especial destaque para a Festa de Santo Antônio.



DOCUMENTO

Documentação

INSTRUMENTAL

Fonte: DOC

Data: 12/07/2001 Pg. 16

Class.:

É muito importante na cultura Kaingáng o local onde seus mortos estão enterrados. Por isso a relevância que a localização dos cemitérios (véntkéy) assume quando da conformação do território Kaingáng. Apesar de terem sido sucessivamente expulsos de seus territórios tradicionais, os Kaingáng conseguem situar os antigos cemitérios, mesmo quando se encontram transformados em pastos ou roças. Os Kaingáng crêem que o corpo (há) não tem vida sem o espírito (kumbá); é o espírito que dá vida ao corpo. Quando alguém morre, o espírito deixa o corpo e vai para a aldeia dos mortos. A festa do Kiki é a oportunidade de os espíritos poderem voltar à aldeia dos vivos. Esse ritual é marcado pela reciprocidade entre as metades clânicas exogâmicas.

No Toldo Imbu havia mais de um cemitério e os Kaingáng tinham a tradição de "enterrar os umbigos" dos filhos próximos à árvore imbu (mbugn) que, provavelmente, deu nome ao Toldo. Na década de 80, a árvore foi cortada, mas voltou a brotar. Atualmente, o imbu não existe mais, pois os fazendeiros arrancaram o que restava da árvore, transformando essa área em pasto. Os Kaingáng mencionam 3 cemitérios na área do Toldo Imbu. Essas áreas, de inegável importância para os Kaingáng, estão contempladas nos limites propostos para a TI. Toldo Imbu.

A perda do território tradicional e a expulsão de suas terras levaram a uma desagrupação sócio-cultural que os Kaingáng tentam reverter. Um outro aspecto importante para a reprodução cultural do grupo tem sido a manutenção do idioma Kaingáng, que consiste num elemento distintivo da identidade étnica.

#### VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Em 11/08/1999, com base na Portaria nº 763/PRES/98, o GT realizou reunião na sede da prefeitura de Abelardo Luz, quando apresentou, como uma das etapas do trabalho, o levantamento fundiário da área proposta e solicitou a colaboração dos presentes para a execução desse estudo. Apesar de solicitarem e disporem de tempo para a decisão, nenhum dos membros da comissão de não-índios, então formada, fez contato com o GT ou com a sede da Administração Regional de Chapecó para informar a posição dos produtores com terras incidentes no Toldo Imbu quanto à execução do supracitado levantamento. Além disso, há que registrar a "advertência" do prefeito municipal de que não podia garantir a integridade física dos membros do grupo técnico e que via como inconveniente a permanência do grupo na região. Empregados de empresas instaladas na área em estudo seguiam de perto os trabalhos do grupo e os então prefeito e presidente da Câmara Legislativa Municipal de Abelardo Luz encaminharam carta ao Senhor Ministro da Justiça solicitando a suspensão dos trabalhos na área.

Desse modo, o levantamento fundiário da área identificada como TI. Toldo Imbu não pôde ser efetuado por impedimento dos grandes produtores rurais que atualmente ocupam significativa parcela da referida área

#### VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Os fatores que um grupo étnico consideram fundamentais e essenciais para configurar o seu território originam-se de princípios culturais e particulares provenientes de seu sistema econômico, de sua forma de parentesco e organização social, de sua vida cerimonial e religiosa, de sua experiência histórica. Nesse sentido, o território indígena é muito mais que um espaço de subsistência. É resultado de uma concepção própria de tempo e de espaço, que implica uma relação específica com a natureza de acordo com representações historicamente elaboradas. O território Kaingáng é composto pelas serras (krin) capoeiras (egohó), campos (re), florestas e matas (nen) cachoeiras (xá), rios (goio), onde exercem suas atividades produtivas e onde habitam os espíritos de seus ancestrais e outros seres sobrenaturais.

A proposta de terra indígena, objeto da citada Portaria nº 763/PRES/98, denominada Toldo Imbu - configurada a partir dos estudos e levantamentos procedidos juntamente com o grupo - foi apresentada formalmente às lideranças Kaingáng em reunião realizada em 21/10/98, no Bairro de São João Maria, no Município de Abelardo Luz, merecendo aprovação registrada em ata da reunião realizada para tal fim. Atende a todos os requisitos estabelecidos pelo artigo 231 da Constituição Federal, Lei nº 6001/73, decreto nº 1775/96, e Portarias nº 239/FUNAI/91 e nº 14/MJ/96. Visa recompor o território tradicional Kaingáng do Toldo Imbu, alvo de um processo de expropriação iniciado há mais de 50 anos, garantindo aos índios a retomada de uma área de inegável ocupação tradicional e propícias condições de recuperação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar do grupo e à reprodução física e cultural dos mesmos, segundo seus usos, costumes e tradições.

A proposta de identificação e delimitação da terra indígena Toldo Imbu, conforme memorial descritivo e mapa a seguir, localiza-se no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina e abrange uma superfície de aproximadamente 2.218 ha e perímetro também aproximado de 28 Km.

Maria Elizabeth Brêa Monteiro Cláudia Tereza Signori Franco

Antropóloga/Museu do Índio Antropóloga/DEID/DAF  
 Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF  
 Departamento De Demarcação - DED  
 Memorial Descritivo de Delimitação  
 Denominação  
 Terra Indígena TOLDO IMBÚ  
 Grupo Indígena  
 Kaingáng  
 Localização  
 Município: Abelardo Luz Estado Santa Catarina  
 Administração Executiva Regional: Chapecó  
 Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
NORTE:	26°32'54" S	52°21'16" WGr
LESTE:	26°34'58" S	52°20'09" WGr
SUL:	26°36'24" S	52°21'23" WGr
OESTE:	26°33'46" S	52°23'00" WGr

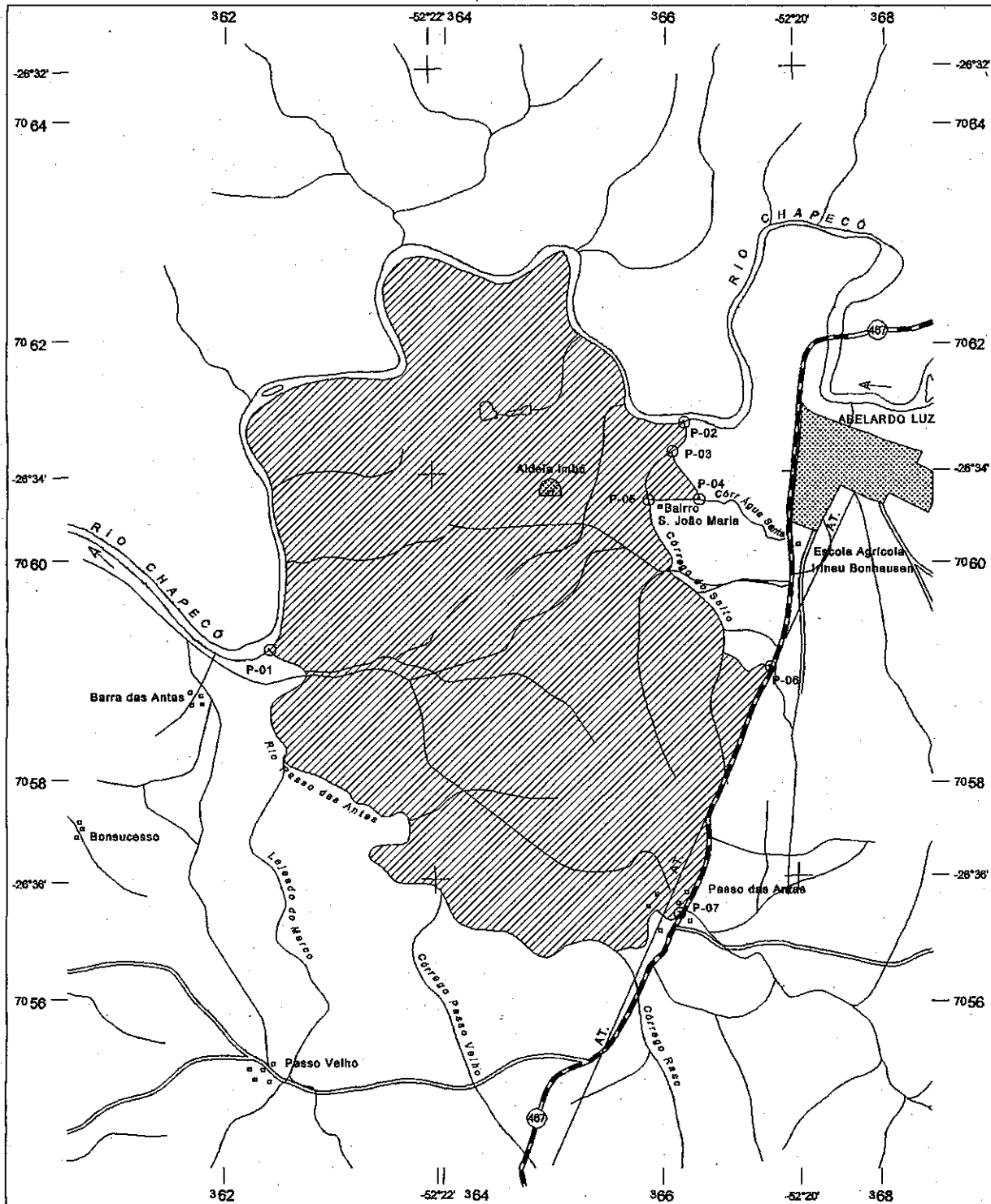
Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SG.22-Y-B-IV-1	1:50.000	DSG	1976
Dimensões			
Superfície: 1.965 ha (Um mil novecentos e sessenta e cinco hectares) aproximadamente			
Perímetro: 22 km (Vinte e dois quilômetros) aproximadamente			

**Descrição do Perímetro**

**NORTE:** Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 26°34'52" S e 52°22'54" WGr., localizado na confluência do Rio Passo das Antas com o Rio Chapecó, segue por este pela sua margem esquerda, à montante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 26°33'45" S e 52°20'36" WGr., localizado na confluência com o Córrego do Salto. **LESTE:** Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Córrego do Salto, à montante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 26°33'56" S e 52°20'09" WGr., localizado na confluência com o Córrego Água Santa; daí, segue pela margem esquerda deste, à montante até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 26°34'08" S e 52°20'32" WGr.; daí, segue pela faixa de domínio direito de uma rua projetada


sem denominação até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 26°34'08" S e 52°20'48" WGr., localizado na margem esquerda do Córrego do Salto; daí, segue por este, à montante, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 26°34'52" S e 52°20'09" WGr., localizado sobre uma ponte, na faixa de domínio direita da rodovia SC 467 sentido Abelardo Luz - Passo das Antas; daí, segue por esta até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 26°36'11" S e 52°20'40" WGr., localizado na ponte sobre o Rio Passo das Antas. **SUL/OESTE:** Do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Passo das Antas, à jusante, até o ponto 01, início da descrição deste memorial descritivo. Responsável pela Identificação Limites: Sérgio de Campos, Engenheiro Agrimensor - AER/CWB, CREA-SP 40.231/D.



**SINAIS CONVENCIONAIS**

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

		<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	
<b>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</b>		<b>DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</b>	
DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA TOLDO IMBÚ</b>		PLANTA: <b>DELIMITAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>ABELARDO LUZ</b>		SUPERFÍCIE: <b>1.965 ha</b>	PERÍMETRO: <b>22 km</b>
ESTADO: <b>SANTA CATARINA</b>		ESCALA: <b>1:50.000</b>	DATA: <b>10/11/2000</b>
AER: <b>CHAPECÓ</b>		PROCESSO: <b>086/85</b>	BASE CARTOGRÁFICA: <b>SG.22-Y-B-IV-1</b>
RESP. T.ÉC. DEFINIÇÃO LIMITES: <b>MARIA ELIZABETH S. MONTEIRO</b> ANTROPÓLOGA	RESP. T.ÉC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: <b>SÉRGIO DE CAMPOS</b> ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA n.º 40.231/D-SP	VISTO CHEFE DO DEB: <b>MANOEL FRANCISCO COLOMBO</b> ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA n.º 84.889/D-SP	PORTARIA N.º: <b>783/PRES/08</b>

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU B1
Data	18-01-01 Pg 4
Class.	KGDT007104

DOU 18-01-2001 p 3

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

### RETIFICAÇÃO

No item 1 do Despacho nº 003/PRES, publicado no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2001, Seção 1, página 4, onde se lê: "... superfície e perímetros aproximados de 2.218 hectares e 28 km respectivamente ...", leia-se "... superfície e perímetros aproximados de 1.965 hectares e 22 km respectivamente ...".

Na referência do Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Imbu, publicado no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2001, Seção 1, página 4, onde se lê: "Superfície aprox.: 2.218 ha. Perímetro aprox.: 28 km.", leia-se "Superfície aprox.: 2.218 ha. Perímetro aprox.: 28 km".

(Of. El. nº 41/2001)

### RETIFICAÇÃO

Na Referência do Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Toldo Imbu, publicada no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2001, Seção 1, página 4, onde se lê: "Superfície aprox.: 2.218 ha. Perímetro aprox.: 28 km", leia-se "Superfície aprox.: 1.965 ha. Perímetro aprox.: 22 km".

(Of. El. nº 49/2001)